



Brasília-DF, 20 de outubro de 2026

CNTI lança revista que resgata 80 anos de lutas e projeta futuro do trabalho

Publicação comemorativa reúne memória, conquistas e desafios do sindicalismo industrial, com destaque para a defesa dos direitos, da democracia e da soberania nacional



[Clique aqui e leia a Revista](#)

São 8 décadas de história, organização e resistência do movimento sindical brasileiro que estão reunidas na revista comemorativa dos 80 anos da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria).

A publicação recupera a trajetória da entidade, registra conquistas da classe trabalhadora e aponta os desafios do sindicalismo diante das transformações econômicas, tecnológicas e políticas do País.

Fundada em 19 de julho de 1946, a CNTI atravessou diferentes períodos da história brasileira, enfrentando ditaduras, crises econômicas e ofensivas contra os direitos trabalhistas.

A revista transforma essa trajetória em memória coletiva e instrumento de reflexão sobre o papel das

organizações sindicais em defesa do trabalho e do desenvolvimento nacional.

“O Brasil não é colônia. O trabalho não é mercadoria. E a soberania não se negocia”, afirma o presidente da CNTI, José Reginaldo Inácio, ao sintetizar uma das bandeiras que orientam a atuação da entidade.

HISTÓRIA QUE APONTA CAMINHOS

Com 44 páginas, a edição reúne linha do tempo da Confederação, entrevista com José Reginaldo Inácio e reportagens especiais sobre memória, lutas, conquistas e perspectivas do sindicalismo.

A publicação também registra a atuação de parceiros institucionais e os debates realizados na Plenária Nacional CNTI 80 Anos, em Luziânia (GO), em setembro. Participaram desses debates a presidenta do DIAP, Rita Serrano, e André dos Santos, da assessoria parlamentar do órgão.

Entre os temas abordados estão a precarização das relações de trabalho, a pejetização, os impactos da inteligência artificial, a redução da jornada sem diminuição salarial, a formação sindical e a necessidade de renovar a participação de mulheres e jovens nas entidades.

A revista também dá espaço à Carta de Luziânia, documento aprovado na plenária que atualiza as diretrizes políticas da Confederação e reafirma o compromisso com os direitos trabalhistas, a organização sindical e a soberania brasileira.

FUTURO EM DISPUTA

Mais do que celebrar o passado, a publicação procura conectar a experiência acumulada pela CNTI às exigências de um mundo do trabalho em transformação.

O desafio é fortalecer os sindicatos, ampliar a participação das bases e garantir que os avanços tecnológicos e produtivos se traduzam em melhores condições de vida para os trabalhadores.

A mensagem que atravessa a edição é a de que a defesa do trabalho decente está diretamente ligada à democracia, à valorização da indústria nacional e à construção de projeto de desenvolvimento soberano.

Ao completar 80 anos, a CNTI reafirma, assim, seu compromisso com a unidade do movimento sindical e com a luta por direitos. A revista preserva a memória de quem construiu essa história e projeta os próximos capítulos da trajetória que permanece em movimento.

Fonte: Diap

Brasília-DF, 20 de outubro de 2026

DIAP lança cartilha sobre nova jornada de trabalho

Publicação explica as mudanças da Emenda Constitucional 141/2026, os prazos de implementação e o papel dos sindicatos



O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) lançou a cartilha [Nova Jornada de Trabalho no Brasil](#), que explica as mudanças previstas na Emenda Constitucional 141,

promulgada em 16 de outubro de 2026. A publicação apresenta as novas regras, os prazos de implementação e orientações para trabalhadores e entidades sindicais.

Resultado de uma reivindicação histórica do movimento sindical, a emenda reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e assegura dois dias de descanso remunerado, sem redução salarial. A mudança será gradual: após dois meses da publicação, o limite passará para 42 horas semanais, com adoção da escala 5x2. A jornada de 40 horas entrará em vigor após 14 meses, inclusive para os contratos de trabalho existentes, com preservação dos salários e pisos das categorias.

A cartilha também esclarece as regras para regimes diferenciados de trabalho, negociação coletiva e adaptação dos contratos da administração pública, além das medidas transitórias que poderão beneficiar microempreendedores e pequenas empresas.

Nesse cenário, os sindicatos terão papel fundamental na negociação de condições específicas, na orientação dos trabalhadores e na fiscalização do cumprimento das novas regras, garantindo a preservação dos direitos durante a transição.

O documento recupera ainda a trajetória da luta pela redução da jornada, desde a Constituição de 1988 até a aprovação da PEC 221/2019, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). A proposta recebeu amplo apoio no Congresso, com 472 e 461 votos favoráveis nos dois turnos da Câmara e 75 votos em cada turno no Senado.

Para o DIAP, a conquista representa um avanço que ultrapassa as relações de trabalho, ao ampliar o tempo disponível para a convivência familiar, os cuidados com a saúde, os estudos e a qualificação profissional.

Com linguagem acessível, quadros explicativos e o texto da emenda, a cartilha oferece informações para

compreender as mudanças e acompanhar sua implementação.

Saiba mais: [Confira a cartilha Nova Jornada de Trabalho no Brasil](#) — Emenda Constitucional nº 141/2026, elaborada pelo DIAP.

Fonte: Diap

Sindicato dos Eletricitários exige agilidade na concessão de energia no Rio

Presidente dos Eletricitários de SP cobra agilidade na concessão de energia no Rio e defende empregos, estabilidade e qualidade dos serviços



O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Eduardo Annunciato, o Chicão, reuniu-se com o governador fluminense, Ricardo Couto, para discutir a concessão elétrica.

Durante o encontro, Chicão solicitou a intervenção do governador junto às autoridades federais para acelerar a definição sobre a renovação da concessão no estado fluminense.

Além disso, o dirigente destacou a necessidade de preservar os avanços existentes, corrigir problemas e garantir estabilidade, segurança jurídica e melhores condições aos trabalhadores eletricitários.

Segundo o Sindicato, a demora na definição preocupa a categoria, especialmente diante das incertezas regulatórias e dos possíveis reflexos dos acontecimentos registrados em São Paulo.

Por sua vez, o governador demonstrou receptividade às reivindicações e afirmou que procuraria as autoridades federais competentes para solicitar maior agilidade na condução do processo.

Defesa dos trabalhadores é prioridade

Chicão também ressaltou que qualquer decisão sobre a concessão precisa considerar a preservação dos

Brasília-DF, 20 de outubro de 2026

empregos, a valorização profissional e a qualidade dos serviços prestados diariamente.

"A busca por estabilidade está diretamente ligada à preservação dos empregos, à geração de novas oportunidades e à manutenção de condições adequadas de trabalho. Por isso, é fundamental que as decisões relacionadas ao futuro do setor elétrico sejam conduzidas com responsabilidade, transparência e previsibilidade", afirma Chicão.

Por fim, o Sindicato reafirmou seu compromisso com a defesa dos eletricitários e destacou a importância de garantir serviços eficientes, empregos dignos e estabilidade setorial.

Fonte: Rádio Peão Brasil

Jornada de 40 horas abre nova etapa para trabalhadores

Redução gradual da carga horária coloca implementação das novas regras e atuação sindical no centro do debate



A promulgação da emenda constitucional que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e estabelece o fim da escala 6x1 inaugura uma nova etapa nas relações de trabalho no Brasil. Após a aprovação pelo Congresso Nacional, o desafio passa a ser a implementação das novas regras e sua aplicação nos diferentes setores da economia.

A mudança estabelece uma transição gradual para a jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial, e assegura a substituição da escala de seis dias de trabalho por um de descanso pelo modelo 5x2, com dois dias de repouso semanal remunerado.

Conforme o calendário previsto na proposta, o limite semanal será reduzido para 42 horas dois meses após a promulgação e para 40 horas depois de 14 meses. As novas disposições também alcançarão os contratos de trabalho em vigor.

Mobilização sindical

Para as centrais sindicais, a conquista resulta de um processo histórico de organização coletiva, negociação e mobilização dos trabalhadores.

Em manifestação conjunta, as entidades destacaram que a redução da jornada representa um avanço na valorização do trabalho e na ampliação do tempo destinado à convivência familiar, à qualificação profissional, à saúde e ao descanso.

A estimativa apresentada pelas centrais é de que mais de 37 milhões de trabalhadores com jornadas superiores a 40 horas semanais sejam beneficiados pela mudança, incluindo aproximadamente 14 milhões submetidos à escala 6x1.

Os próximos desafios

A implementação das novas regras deverá exigir atenção das entidades sindicais, especialmente no acompanhamento das negociações coletivas, na reorganização das escalas e na preservação dos direitos assegurados pela mudança constitucional.

O novo cenário também amplia o debate sobre produtividade, qualidade de vida e distribuição do tempo de trabalho, temas que deverão permanecer na agenda das relações trabalhistas.

A conquista das 40 horas encerra uma importante etapa de mobilização legislativa, mas abre outra igualmente relevante: assegurar que a redução da jornada se traduza em melhores condições de trabalho para milhões de brasileiros.

Fonte: Diap

Projeto de Janones cria 14º salário para aposentados do INSS

Proposta acrescenta uma segunda parcela de igual valor ao abono anual e prevê início do pagamento no exercício financeiro seguinte à publicação.



O deputado federal André Janones (Rede-MG) apresentou o projeto de lei 5.592/2026, que propõe o pagamento em dobro do abono anual aos aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Chamado pelo autor de "14º salário", o benefício seria criado por meio de alteração na Lei 8.213/1991.

Pelo texto, o abono anual pago aos aposentados passaria a ter uma segunda parcela de igual valor. A proposta abrange todas as modalidades de aposentadoria mantidas pelo RGPS e preserva a forma atual de cálculo, que considera como referência a renda mensal do benefício em dezembro.

O projeto não exige inscrição ou comprovação

Brasília-DF, 20 de outubro de 2026

adicional para receber o valor. Segundo Janones, a condição de aposentado e o valor do benefício já estão registrados nos sistemas de pagamento do RGPS.

Justificativa

Na justificativa, Janones afirma que a parcela adicional ajudaria aposentados a custear despesas como medicamentos, tratamentos de saúde, alimentação, moradia, energia e transporte.

O deputado também argumenta que os reajustes dos benefícios nem sempre acompanham despesas específicas da população idosa e que o pagamento extraordinário poderia reduzir a necessidade de contratação de empréstimos para cobrir gastos.

Como parte da argumentação, o projeto cita dados do Boletim Estatístico da Previdência Social de julho de 2026. Segundo o documento, havia mais de 24,5 milhões de aposentadorias previdenciárias em manutenção naquele mês, com movimentação aproximada de R\$ 50,37 bilhões mensais.

A justificativa também menciona pesquisa do Instituto Opinion Box para a Serasa, realizada entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026. De acordo com os dados citados pelo autor, 50% dos aposentados entrevistados já haviam recorrido ao crédito para pagar contas e despesas, enquanto 46% disseram que a aposentadoria não era suficiente para manter o padrão de vida anterior.

O projeto não apresenta, no texto articulado, um cálculo consolidado do custo total do pagamento adicional. A dimensão financeira da medida deverá ser considerada na análise legislativa.

Fonte: Congresso em Foco

OIT: Disparidade salarial recua apenas 2% em uma década



A disparidade salarial entre homens e mulheres reduziu apenas dois pontos percentuais desde as últimas estimativas divulgadas em 2018, revela um

novo estudo da Organização Internacional do Trabalho, OIT.

As mulheres continuam a ganhar, em média, 18% menos. Se esse ritmo continuar, a eliminação da desigualdade permanecerá um objetivo distante.

Igualdade de gênero

Segundo o levantamento, a disparidade salarial foi reduzida em 2,5 pontos percentuais nos países com altos rendimentos, 2 % nos de rendimento médio-baixo e apenas 1 ponto nos de rendimento médio-alto.

Em alguns países, não houve variação ou foi registrada retração em comparação aos valores anteriores.

Para o diretor geral da OIT, Gilbert Houngbo, os resultados são insuficientes para alcançar a igualdade de gênero e avançar a justiça social no mundo do trabalho.

Desigualdades estruturais

Segundo a agência, a disparidade salarial é reflexo de desigualdades estruturais mais amplas no mercado de trabalho.

A distribuição desigual de responsabilidades familiares e concentração desproporcional em funções menos valorizadas economicamente são alguns dos principais motivos.

A especialista sênior em gênero da OIT, Emanuela Pozzan, afirma que a solução deve envolver políticas adaptadas às realidades locais.

Mobilização e ações prioritárias

A publicação dos dados fez parte da celebração do Dia Internacional da Igualdade Salarial com um evento da Coligação Internacional pela Igualdade Salarial, Epic, organizado pelo governo da Irlanda em Dublin.

O debate foi baseado na Conferência Internacional do Trabalho de 2026, reafirmando o compromisso dos Estados-membros em superar as barreiras que afetam as trabalhadoras.

Para acelerar esse equilíbrio, a agência defende um conjunto de medidas que incluem a transparência salarial, a aplicação rigorosa da legislação de igualdade e o investimento em sistemas de proteção social e cuidados.

Fonte: OIT